

FLORESTAN FERNANDES: CAPITALISMO DEPENDENTE, REVOLUÇÃO BURGUESA E SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO

JULIANE DA COSTA FURNO⁵⁶

BEATRIZ PASSARELLI GOMES⁵⁷

Resumo: O presente artigo busca construir um debate conceitual a partir da construção teórica do significado de Capitalismo Dependente e Revolução Burguesa, do sociólogo Florestan Fernandes, no desafio de identificar como tais marcas da formação nacional brasileira incidem sobre a formação de organização e composição do sistema político brasileiro. O Estado – no capitalismo dependente – se torna um sustentáculo para a dominação burguesa, que necessita de seu controle para manter seus privilégios e interesses de classes. A Revolução Burguesa sem rupturas manteve o sistema político com resquícios antidemocráticos e avessos à participação política, o que se confirma com os dados de representação política atual ao evidenciar uma relação inversa da correlação de forças existente na sociedade e dominada pelos interesses do poder econômico.

Palavras-Chave: Capitalismo Dependente, Subdesenvolvimento, Sistema Político, Revolução Burguesa.

Introdução

No ano de 2015 completou-se 20 anos da morte de um dos principais – senão o principal – sociólogo brasileiro, Florestan Fernandes. Em que pese o autor ser protagonista de uma vasta e diversificada literatura, deter-nos-emos nesse artigo na considerada “última fase” de Florestan Fernandes, no período posterior ao Golpe Militar de 1964. É nesse período que o autor passa a problematizar, de forma mais profunda, as raízes da formação nacional do Brasil, ao atentar para aspectos da vida social, econômica e política do país. A compreensão das especificidades do capitalismo brasileiro, todavia, não poderão ser apreendida por meio de uma investigação circunscrita ao espectro da formação nacional. Faz-se misterir além e perscrutar a dinâmica do capitalismo mundial à luz dos conceitos de dependência e subdesenvolvimento.

Reviver o pensamento de Florestan Fernandes em meio a este momento histórico em que as Ciências Sociais aparentam buscar, amiúde, uma suposta neutralidade frente à problemas e

⁵⁶ Graduada em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e mestranda em Desenvolvimento Econômico na área de Economia do Trabalho. jujufurno@gmail.com

⁵⁷ Graduada em Economia na Universidade Estadual de Maringá e mestranda em Desenvolvimento Econômico na área de Economia Social. Beatrizp.gomes@gmail.com



questões sociais e, ademais, a Ciências Econômicas parecem focar demasiadamente no mercado e no Homo Economicus, nos parece resultar em frutíferos estudos, consoante a visão crítica do autor em relação às tendências atuais sobreditas.

Florestan Fernandes teve a ousadia, atributo que poucos intelectuais brasileiros tiveram, de colocar-se em uma posição social de unir o que, aparentemente, era impensável, a saber: a ação militante perante os desafios da nação brasileira, aliada com a objetividade e expreso rigor científico em suas análises enquanto pensador social e respeitado acadêmico que ele era. Nesse sentido, conceitos como classes sociais, questão racial, imperialismo, dependência e a concentração do poder e a riqueza, permearam as distintas fases do pensamento do autor, demonstrando sua autêntica preocupação em compreender a nação brasileira e propor alternativas para a busca de uma sociedade justa.

Além de uma homenagem ao autor, o artigo em questão busca os desafios de captar – a partir da nossa inserção dependente e da especificidade da nossa revolução burguesa – características do nosso sistema político atual, calcado nos ditames do poder econômico e na esparsa participação democrática e popular.

A inserção subordinada do Brasil e o capitalismo dependente

Para Florestan Fernandes, “o capitalismo dependente é produto de uma situação histórica em que o destino da sociedade fica submetido aos desígnos de burguesias que são incapazes de conciliar desenvolvimento econômico, soberania nacional e democracia” (SAMPAIO JR, 1999, p.131).

A dependência se constitui, como “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2005, p. 141). Florestan Fernandes denomina essa fase da dependência brasileira de “primeiro tipo” de dominação externa, que vigeo na era colonial e nos primeiros momentos da dominação imperial. O segundo tipo de dominação externa surge da desagregação desse regime e das pressões imperiais da Inglaterra pela emergência de um mercado de trabalho assalariado e livre, possibilitando que esses trabalhadores ingressassem no mercado de consumo dos produtos industrializados.

Para Florestan Fernandes



“O esforço necessário para alterar toda a infraestrutura da economia parecia tão difícil e cara que esses setores sociais e suas elites no poder preferiram escolher um papel econômico secundário e dependente, aceitando como vantajosa a perpetuação das estruturas econômicas constituídas sob o antigo sistema colonial.” (FERNANDES, 2009, 11).

O prisma negativo desse padrão de dominação imperialista evidencia-se em dois níveis diferentes. Primeiro, no condicionamento e reforço externo das estruturas econômicas arcaicas - necessárias à preservação do esquema de exportação-importação - baseado na produção de matérias-primas de bens primários. Segundo, no malogro do modelo de desenvolvimento absorvido pela burguesia emergente das nações europeias hegemônicas.

Nesse sentido, para Florestan Fernandes (1968), embora o Brasil tenha transitado de ciclo econômico, passando de uma economia colonial para um Estado Nacional independente, isso aconteceu sem que se processassem alterações substanciais na dinâmica de organização da produção e nas relações sociais, “portanto, ela se deu sem que o regime de castas e estamentos sofresse qualquer crise, pois ele constituiu a base econômica e social da transformação dos senhores rurais. ” (FERNANDES, 1968, p. 22). Essa forma tímida com que se desenvolveu a transição do capitalismo no Brasil terá impactos profundos na forma de organização e na tradição do sistema político atual, como veremos mais adiante. As estruturas políticas e econômicas da sociedade colonial permaneceram intactas, operando somente a passagem do poder político e econômico das mãos dos senhores das metrópoles para a burguesia agrária local. Para o autor, o centro dinâmico da acumulação capitalista centrava-se na exportação, e não na construção de um mercado interno, segundo ele “a economia brasileira produzia para fora e consumia de fora” (FERNANDES, 2005, p. 111).

Para o autor

“trata-se de uma economia de mercado capitalista constituída para operar, estrutural e dinamicamente como uma entidade especializada, ao nível da integração ao mercado capitalista mundial; como uma entidade subsidiária e dependente, ao nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas; e como uma entidade tributária, ao nível do ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas” (FERNANDES, 1968, p. 36).

Florestan tratou de forma muito crítica e combativa uma série de teorias modernizadoras, as quais identificam o desenvolvimento do capitalismo dependente como uma fase histórica, que estaria condicionada a uma evolução tal qual a ocorrida nos países de capitalismo avançado. É nesse sentido que o autor compreende que a situação de manutenção dos laços de dependência

internacional foram uma opção política das burguesias nacionais, e que os resquícios de atraso social cumprem um papel histórico para a cumulação de capital. O autor enfatiza que

“sob o capitalismo dependente, a persistência de formas econômicas arcaicas não é uma função secundária e suplementar. A exploração dessas formas e sua combinação com outras, mais ou menos modernas e até ultramodernas, fazem parte do cálculo capitalista do agente econômico privilegiado”. (FERNANDES, 1968, p. 86).

O Brasil faz parte do conjunto de países que absorve de forma débil e dependente o progresso técnico desenvolvido no âmago dos países de capitalismo central e de industrialização avançada. Nesse sentido, as economias periféricas não têm condições produtivas e econômicas de absorver a modernização tecnológica advinda do centro, contudo, por força dos interesses cosmopolitas das elites nacionais, o país incorpora uma estrutura produtiva dual, na qual convivem – em conflitos permanentes, porém coexistindo mutuamente – estruturas arcaicas e pré-capitalistas, relacionadas com a baixa produtividade e a subsistência, com outras estruturas modernas, vindas do exterior. Essa relação contribui para a eclosão de uma heterogeneidade estrutural, contrastando com o desenvolvimento com homogeneidade dos países centrais.

“A premissa subjacente é que a articulação de estruturas modernas e atrasadas é um expediente que permite as burguesias dependentes compensar a debilidade de sua estrutura de capital e o circuito de interdeterminação gerado pela extrema precariedade da conjuntura mercantil em que vivem.” (FERNANDES, 1968, p. 86).

Nessa relação de junção articulada da heterogeneidade e do anacronismo, o emprego dos fatores econômico obedece a uma lógica de rendimentos maximizados, sendo necessário superexplorar a força de trabalho e os recursos naturais. Dessa relação não poderia nascer outra coisa “senão um capitalismo débil, heterogêneo e controlado de fora” (FERNANDES, 1968, p. 47).

A Revolução Burguesa no Brasil

Florestan Fernandes (2005) toma o conceito de Revolução Burguesa como “um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realiza, quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax da sua evolução industrial” (FERNANDES, 2005, p. 425). Nessa acepção, existiu um conjunto de países – especialmente a França e a

Inglaterra – que concretizaram uma revolução burguesa de caráter progressista⁵⁸ e revolucionário. Dessa forma, os comerciantes organizaram-se contra a tirania na busca de uma sociedade juridicamente livre e igual. Do processo em questão emerge uma genuína dominação burguesa, assentada sob o lucro do capitalista, a exploração do trabalho e a liberdade formal.

O autor debruça-se sobre o processo de revolução burguesa no Brasil, a fim de compreender os condicionantes do desenvolvimento do nosso capitalismo e suas debilidades, uma vez que – ao contrário dos países de economia central – as transformações aqui operadas guardam demasiada similitude com o passado colonial, não constituindo uma revolução na sua significação clássica. Para o autor,

“[...] esse circuito não apresentava requisitos estruturais e dinâmicos análogos aos que se formariam, na mesma época, numa economia capitalista central. Isso significa que ele jamais conseguiria eliminar, por si mesmo, o estado heteronômico do sistema econômico global” (FERNANDES, 2004, p. 126).

Para Sampaio Jr (1999) citando Florestan Fernandes, nos países de capitalismo periférico a revolução burguesa deveria significar a criação das condições materiais, socioculturais e morais, as quais contituem os requisitos necessários para que a sociedade tenha acesso às estruturas e dinamismos econômicos de seu contexto civilizatório.

A Revolução Burguesa no Brasil não concretizou-se mediante uma ação revolucionária, nem pode ser datada de forma precisa. Ao contrário, a revolução burguesa é um processo que tem início na Revolução de 1930 e tem seu ponto de maturidade no golpe militar de 1964. Segundo o autor, um dos primeiros elementos a ser analisado é que a burguesia industrial brasileira não diferenciava-se – muito menos se opunha de forma radical – à oligarquia agrária. O senhor rural tradicional, com a paulatina perda do seu poder político e econômico é, aos poucos, coagido pelo mercado externo a assumir a posição de agente econômico industrial. Operam-se, sobretudo, duas transformações: a primeira delas é que ele é incentivado a acumular riqueza fora da propriedade rural, e segundo é forçá-lo a renunciar o status senhorial e adaptando-se as prerrogativas de grande proprietário urbanos, segundo determinações puramente econômicas. (FERNANDES, 2004).

“No começo do processo, ele renegava o “elemento burguês” do seu status para afirmar-se como aristocracia agrária, monopolizar o poder e organizar um Estado nacional

⁵⁸ O próprio Florestan Fernandes credita a essas revoluções, e acrescenta também as revoluções burguesas Alemã, Japonesa e Estadunidense, um caráter progressista e revolucionário, cretizando a elas “uma revolução econômica sob o controle social e político interno” (2014, p. 73).

independente. No fim do mesmo processo ele se viu compelido a repudiar o próprio status senhorial para salvar-se, através do elemento burguês, de sua situação” (FERNANDES, 2004, p. 130).

O autor aponta que o processo da revolução burguesa no Brasil foi de um “tom cinzento e morno, o seu todo vacilante, a frouxidão com que o país se entrega, sem profundas transformações iniciais em extensão e em profundidade, ao império do poder e da dominação especificamente nascida do dinheiro.” (FERNANDES, 2005, p. 426). A burguesia brasileira abriu mão de construir um processo verdadeiramente revolucionário, ou como diz o autor, de ser a

“paladina da revolução ou de instrumento de modernidade”, imprimindo verdadeiras e profundas rupturas com o nosso passado colonial, senhorial e antidemocrático. Ao contrário, visando unicamente a lógica de maximização dos seus lucros e rechaçando a presença do conflito e da luta política, a burguesia optou pelo caminho mais fácil e aparentemente com poucos “traumas”, “preferindo a mudança gradual à composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora.” (FERNANDES, 2005, p. 427).

É nesse sentido que avaliamos a debilidade da Revolução Burguesa no Brasil, uma vez que ela não logrou cumprir as tarefas necessárias para consolidar uma dominação burguesa propriamente dita. Com isso, não universalizou-se uma ordem competitiva nacional, não internalizou-se as forças produtivas, consolidando o mesmo papel primário-exporador dentro da divisão internacional do trabalho. Além disso, a revolução burguesa não caminhou no sentido de solucionar os impasses históricos do subdesenvolvimento, tampouco contribuindo para superar a existência de relações pré capitalistas que bloqueiam a plena generalização das relações de produção tipicamente capitalistas, assim como manteve uma série de anacronismos sociais, principalmente os que reforçam os nexos de dependência externa e os que mantêm uma estrutura política antidemocrática e não participativa, tema que abordaremos mais adiante.

Portanto, o Brasil teve de encarar uma realidade áspera, de um lado a revolução burguesa possibilitou a emergência e a consolidação de um capitalismo brasileiro, no entanto – por outro lado – inibiu a integração nacional. De outra perspectiva, a revolução burguesa, tendo como seu agente burguesias dependentes e perfeitamente integradas ao imperialismo, possibilitou significativos avanços na modernização, em que pese optar pelo abortamento de uma revolução nacional. Para Sampaio Jr (1999) “a limitada capacidade para impulsionar a revolução democrática e nacional inviabiliza a constituição das estruturas e dinamismos capitalistas necessários para quebrar o círculo vicioso do subdesenvolvimento” (SAMPAIO JR, 1999, p. 159).



O sistema político brasileiro

Na análise e problematização do capitalismo dependente, do subdesenvolvimento e da revolução burguesa, um elemento aparece de forma transversal, a saber, a construção da história e da formação social-econômica do povo brasileiro é perpassada por um amplo processo de exclusão política. Os ciclos econômicos, o centro dinâmico de acumulação e a mudança nos distintos sistemas políticos, lograram uma série de transformações – em alguns momentos até estruturais- no entanto, o que permaneceu como condição de atuação das burguesias foi à prerrogativa da exclusão antidemocrática da sociedade brasileira do acesso à participação política, constitui-se como um padrão de “democracia restritiva – a dos donos do poder.”⁵⁹ “O desenvolvimento capitalista dependente requer uma combinação especial de padrões democráticos e de padrões autoritários ou autocráticos de comportamento político.” (FERNANDES, 2005 p.102). Por causa da dependência e do subdesenvolvimento, o desenvolvimento capitalista passa a depender, em maior extensão e profundidade, de formas de dominação e de controles políticos simultaneamente democráticos, autoritários e autocráticos. Para Florestan Fernandes, temos “Um congresso que foi, de ponta a ponta em nossa história, tolhido pela vontade imperial, sofreu todos os ataques que se poderiam imaginar. A República trouxe a bota militar, que pisoteou o congresso várias vezes”⁶⁰.

O elemento precípua que desejamos ressaltar desse processo foi a associação do padrão burguês de dominação com a permanência dos resquícios autocráticos e conservadores mais latentes das elites brasileiras. Para manter-se como classe dominante sem realizar as tarefas nacionais e democráticas típicas das Revoluções Burguesas clássicas, as elites brasileiras necessitaram manter o controle sob o Estado, como entidade capaz de assegurar seus privilégios e seus interesses de classe. Havia um acordo entre as burguesias para alijar o povo brasileiro dos mecanismos de acesso ao Estado, bem como manter uma dominação baseada no autoritarismo e nas formas paternalistas de relação com a política, como se explicita na passagem de Fernandes “a dominação burguesa se associava a procedimentos autocráticos, herdados do passado ou improvisados no presente, e era quase neutra para a formação e a difusão de procedimentos democráticos alternativos, que deveriam ser instituídos.” (FERNANDES, 2005, p 443). Nesse sentido, destaca-se a sempre presente procura do uso da força, buscando oprimir, coibir, bem

⁵⁹ Fragmento extraído do texto “A prática da representação Institucional”, publicado na Folha de São Paulo no dia 10 de março de 1987 (FERNANDES, 2014, p. 55).

⁶⁰ Fragmento extraído do texto “A crise Institucional”, publicado na Folha de São Paulo no dia 13 de julho de 1986 (FERNANDES, 2014, p. 20).

como condicionar o povo brasileiro dentro da ordem antidemocrática e autoritária vigentes na sociedade. A violência – em todos os seus aspectos – marca profundamente a política brasileira e o seu obstáculo aos mecanismos legais de participação popular. Segundo Florestan Fernandes, “para evitar as explosões sociais ficamos com a ordem ilegal montada pela ditadura militar (...) Até o pessoal é o mesmo, os procedimentos tecnocráticos são os mesmos, o desprezo pelo povo é o mesmo.”⁶¹ Isso porque o imperialismo não comporta a aceitação da reforma democrática nos países dependentes, “isso faz com que a intolerância tenha raiz e sentidos políticos; e que a democracia burguesa, nessa situação, seja de fato uma democracia restrita, aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa” (FERNANDES, 2005, p. 438) Para Nelson Werneck Sodré, “mantê-los dependentes exige, como premissa básica, mantê-los privados de regime democrático e de estrutura nacional.” (SODRÉ, 1978. P, 233).

Segundo Moroni (2015), os problemas centrais hoje do Sistema Político repousam em três ordens: A) A primeira – e a meu ver principal – reside na demasiada influência do poder econômico nos processos decisórios. Para Florestan, “os interesses econômicos particulares predominaram de ponta a ponta, anulando os partidos ou convertendo-os em instrumentos para atingir fins por vezes antinacionais e antisociais”⁶² Ou seja, as eleições são definidas pelo montante de recurso injetado em candidaturas, as quais gozam de financiamento para contratar cabos eleitorais e acessar a população. Para Florestan Fernandes seguimos “submetendo o Parlamento ao despostismo da iniciativa privada dos grandes proprietários e dos mais ricos.”⁶³ B) A subrepresentação. Embora a sociedade seja composta por uma maioria de mulheres e auto declarados negros, elas ocupam apenas 9% dos mandatos da Câmara dos Deputados, e 12% no Senado (embora já exista a cota de 30% para mulheres candidatas nas legendas partidárias). Quanto à população negra, ela contabiliza apenas 8,5% (43) do total dos parlamentares, e menos da metade das 27 unidades federativas tem representação negra nas suas câmaras. Ainda para o autor “o político profissional viu-se com frequência reduzido à condição de porta voz dos financiadores das suas campanhas ou dos ‘donos’ invisíveis de seus mandatos”⁶⁴. Além disso, no

⁶¹ Fragmento extraído do texto “A questão dos Partidos”, publicado na Folha de São Paulo no dia 02 de novembro de 1986 (FERNANDES, 2014, p. 27).

⁶² Fragmento extraído do texto “A nova conciliação”, proferido na Assembléia Nacional Constituinte na sessão de 2 de setembro de 1987. (FERNANDES, 2014, p. 125).

⁶³ Fragmento extraído do texto “A crise Institucional”, publicado na Folha de São Paulo no dia 13 de julho de 1986 (FERNANDES, 2014, p. 20).

⁶⁴ Fragmento extraído do texto “Crise de poder na Assembléia Nacional Constituinte”, publicado na Folha de São Paulo no dia 7 de julho de 1987 (FERNANDES, 2014, p. 92).



que tange à composição economico-social, dados do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) apontam que dos 594 parlamentares (513 da Câmara e 81 do Senado) eleitos em 2010, 273 são empresários; 160 compõem a bancada ruralista; 66 são da banca evangélica e apenas 91 se definem como representantes dos trabalhadores. Florestan Fernandes já denunciava essa relação na Constituinte de 88, do qual foi deputado pelo Partido dos Trabalhadores. Para o autor “ Na Assembléia Nacional Constituinte a sociedade civil aparece de cabeça para baixo, invertida. A maioria dominante, graças aos artifícios da democracia burguesa e dos mecanismos eleitorais, torna-se maioria parlamentar”⁶⁵ C) Derradeiramente, o terceiro elemento é a ausência de processos decisórios além das eleições: o povo é apenas chamado a exercer sua cidadania e democracia mediante o voto apenas nos momentos já consagrados no calendário eleitoral. Outras questões de demasiada importância para a construção social, e que exigiriam a participação popular, passam ao largo da sociedade, sendo pouco recorrente a utilização de plebiscitos e referendos, nos quais a sociedade é conclamada a decidir sobre outras questões nacionais. Para o autor “a iniciativa popular desmistifica a representação em sentido liberal e força o parlamento a sair da sua pele”.⁶⁶ E ainda reitera com o seguinte fragmento extraído de um discurso: “Somente através de novas modalidades de relação da massa dos eleitores com o Estado será possível introduzir uma revolução democrática na organização do Estado.”⁶⁷

Considerações Finais

Procuramos nesse trabalho relacionar a construção do capitalismo dependente e o padrão de Revolução Burguesa com o sistema político brasileiro. Ou seja, a não construção de uma cultura democrática, de participação popular, bem como a não edificação de uma nação independente e autônoma, somada a necessidade de continuidade de um padrão de dominação burguesa assentado no controle do Estado, manteve as Instituições políticas blindadas à luta de classes, à iniciativa popular e aberta a dominação burguesa via relações com o grande capital. Identificamos que a teoria construída por Florestan Fernandes atesta para a construção dessa sociedade

⁶⁵ Fragmento extraído do texto “Controle Burguês do processo Constituinte”, publicado no Boletim Nacional da CUT de jul-ago. de 1987. (FERNANDES, 2014, p. 107).

⁶⁶ Fragmento extraído do texto “O uso da iniciativa popular”, publicado no Jornal Folha de São Paulo de 03 de março de 1987. (FERNANDES, 2014, p. 64).

⁶⁷ Fragmento extraído do discurso com o título “Política e Democracia”, proferido na Assembléia Nacional Constituinte no dia 19 de fevereiro de 1987. (FERNANDES, 2014, p. 53).

antidemocrática a avessa à participação política que temos hoje, assim como de uma negação do conflito e da luta política.

Dessa forma, a crise do sistema político atual tem lastro nessa trajetória antidemocrática brasileira, e a solução para esse impasse, nos parece, parte de uma necessária reforma do sistema político, que crie condições igualitárias de pleito entre os candidatos, impedindo o financiamento privado de campanhas, a fim de inviabilizar a dominação da cena política por interesses de grupos econômicos. Nessa mesma linha, é necessário a garantia de representação política para os segmentos historicamente apartados dela, como as mulheres, os negros e os indígenas. No entanto, uma reforma que democratize a política não prescinde – necessariamente – da participação popular, uma vez que “um parlamento incapaz de fazer um diagnóstico de suas próprias falhas não pode ser portador de sua transformação democrática e servir como a via institucional da revolução democrática da sociedade civil e do Estado.”⁶⁸

Por derradeiro, uma Reforma Política capaz de ir à contramão da história de dominaçãobruguesa brasileira, precisa assegurar mecanismos de participação popular, incentivando e construindo uma cultura política de intervenção da sociedade na vida pública, construindo espaços de conselhos populares deliberativos, maior autonomia e autogestão das comunidades, bem como exercitar os mecanismos legais de acesso as grandes decisões nacionais, mediante plebiscitos e referendos. Caso contrário – e em permanecendo essa instabilidade política – Florestan afirma: “no entanto, o que é hoje um processo econômico controlado do exterior e do interior pelos interesses privados, pode transformar-se rapidamente num processo político incontrolável [...] e para a emergência de uma consciência social crítica, do radicalismo político e da revolução social dentro da ordem ou contra ela.” (FERNANDES, 2009, p. 38). Ainda segundo o autor “O Brasil está dobrando uma esquina da história e não pode preservar, sob o capitalismo monopolista, partidos de caciques, de notáveis e de arranjos improvisados e imediatistas”⁶⁹

Referências Bibliográficas:

ANTUNES, Ricardo. Introdução. In: Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina. Florestan Fernandes. Global editora. São Paulo, 2009.
FERNANDES, Florestan. Sociedade de classes e Subdesenvolvimento. Zahar editores. Rio de Janeiro, 1968.

⁶⁸ Fragmento extraído do texto “Uma questão de grandeza”, publicado no Jornal do Brasil de 25 de setembro de 1987. (FERNANDES, 2014, p. 107).

⁶⁹ Fragmento de um texto cujo título é “O desafio dos Partidos”, publicado no Jornal do Brasil no dia 5 de outubro de 1987. (FERNANDES, 2014, p. 150).

_____. A concretização da revolução burguesa. In: Florestan Fernandes sociologia crítica e militante. IANNI, Octavio (org.). Expressão Popular, São Paulo 2004.

_____. A revolução burguesa no Brasil, ensaios de interpretação sociológica. Editora Globo. São Paulo, 2005

_____. Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina. Global editora. São Paulo, 2009.

_____. Florestan Fernandes na Constituinte: Leituras para Reforma Política. Editora Perseu Abramo e Expressão Popular. São Paulo, 2014.

PRADO JR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. Companhia das Letras, São Paulo 2011.

_____. A Revolução brasileira. Editora Brasiliense. São Paulo 1966.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Entre a nação e a barbárie. Vozes, Petrópolis, 1999.

MARINI, Ruy Mauro. Ruy Mauro Marini vida e obra. Transpadini, Roberta e STEDILE, João Pedro (org.). Expressão Popular, São Paulo, 2005.

_____. Subdesenvolvimento e Revolução. Editora Insular, Florianópolis, 2013.

MORONI, Jose Antonio. Reforma do Sistema Político: onde estamos? <http://listasbrasilpopular.org.br/lists/lt.php?id=cR1VVgcPTFEJVx5TDV4IAAA> acessado em 22 de setembro de 2015.

SODRÉ, Neson Werneck. Introdução à Revolução Brasileira. Livraria editora ciências humanas LTDA, São Paulo, 1978.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista o ornitorrinco. Boitempo Editorial, São Paulo.

